



Veículo: Folha do Condomínio Online

Data: 27 de Agosto de 2009

Seção: Bem Estar



Acessibilidade é tema do Cobreap, em SP

27/08/2009 09:48:51

Foto: Arthur Calazan / KB

Tema de destaque do próximo Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Cobreap), a acessibilidade nas edificações, sejam elas residenciais, comerciais, públicas ou privadas, nada mais é do que uma preocupação com o ser humano, com o direito à autonomia do cidadão. Entre os dias 21 e 25 de



Cambiaghi: objetivo é o bem estar do ser humano

setembro, em São Paulo, o XV Cobreap reúne engenheiros, arquitetos e peritos do setor de construção para discutirem o assunto, com exemplos práticos e informações sobre a legislação específica, visando o atendimento de uma convenção, a do Desenho Universal (DU), que busca a adequação dos espaços a todo tipo de usuário.

Palestrante no encontro, a arquiteta inclusiva Silvana Cambiaghi vê na sua especialização o objetivo de atender às necessidades de locomoção e bem estar do ser humano "seja ele alto, baixo, anão, magro ou obeso, homem ou mulher, gestante, idosos ou crianças, que tenham ou não algum tipo de deficiência", afirmou a profissional.



Para Silvana Cambiaghi “a acessibilidade deve permitir a utilização adequada de ambientes, produtos e equipamentos para garantir o uso com segurança e autonomia de todos. Cabe ao trabalho de peritos avaliar e aferir o real atendimento desta questão. Para tanto é necessário utilizar as regras previstas em normas e leis de acessibilidade, integradas ao conceito do projeto”, revelou.

O assunto ganhou destaque nesta edição do maior Congresso de Avaliações e Perícias, que pretende mostrar que, apesar de ainda ser pouco discutida no Brasil, a regulamentação de leis de acessibilidade tem obrigado edifícios de uso coletivo a se adequarem a um conjunto de normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Nesse contexto, os empreendedores pouco informados e menos sensibilizados estão sendo forçados a pensar na questão, já que a não adaptação às leis está sujeita a multas. No entanto, na visão de Cambiaghi, as coisas não deveriam ser assim, a inclusão de rampas, plataformas, elevadores acessíveis, pisos táteis e sinalização não deveria ser uma obrigação, mas consequência do processo de conscientização da sociedade.

A arquiteta, que é deficiente física desde os seis meses de idade, devido seqüela de poliomielite, encontrou na questão o tema para o seu trabalho de conclusão de curso, “Na ocasião, constatei que muitas mudanças eram fundamentais para garantir o direito de ir e vir de qualquer cidadão e descobri que atender a toda e qualquer pessoa em um projeto arquitetônico é um grande desafio, mas também é algo gratificante”, revelou Silvana.

Segundo a profissional, aos poucos os novos conceitos estão sendo incorporados por arquitetos, engenheiros e até mesmo administradores públicos, “Os profissionais da categoria encontram nas normas estipuladas a possibilidade de facilitar a vida dos cidadãos e derrubar a barreira entre as diferenças humanas. O objetivo é criar espaços mais democráticos e abrir novos nichos de mercado para profissionais em sintonia com esta questão”, concluiu.